



## **ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Realizada em 26 de janeiro de 1997**

Realizada no dia 26 de janeiro de 1997 em segunda chamada, nas dependências do Cube de Campo - Ginásio de Esportes, sito à Rodovia Presidente Castello Branco KM 63,5 -Mairinque - São Paulo.

A Reunião foi aberta pelo Sr. Dragan Jancar, Presidente em exercício do Conselho Deliberativo do biênio 96/97, que em seguida convidou o proprietário Sr. Walter Abrahão para presidi-la. O Sr. Walter iniciou a reunião em Segunda Convocação, lendo a pauta da ordem do dia:

"Esclarecimentos e Situação Atual da Prestação de Conta pela Diretoria Executiva do Exercício de 1995".

O proprietário Sr. Antônio Carlos Prado, solicitou que fosse colocado em Ata que os Editais de Convocação não foram seguidos, conforme determina os Estatutos Sociais no seu artigo 12 - Parágrafo I e ainda que, as faixas de avisos colocadas nas portarias não expressavam corretamente a pauta da reunião. Solicitação acatada pelo Presidente da mesa.

Em seguida foi convidado o Sr. Mário fontes - Ex-presidente do Conselho Deliberativo, para que comentasse a posição das contas do exercício de 1995. O mesmo explicou que essa prestação está prevista nos Estatutos Sociais e é de responsabilidade da Diretoria Executiva, do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente Administrativo e Financeiro essa prestação, cabendo ao Conselho Fiscal a sua aprovação ou não com a recomendação ao Conselho Deliberativo, que por sua vez, analisa e recomenda a Assembléia Geral Ordinária a sua aprovação ou não. Após o exposto o mesmo leu o breve histórico da situação das contas de 1995.

Breve Histórico do Ocorrido com as Contas de 1995 da Sociedade Amigos da Porta do Sol - base 26 de Janeiro de 1997.

Em meados de Outubro de 1995, na reunião de prestação de conta da Diretoria Executiva do Primeiro Semestre de 1995 analisadas pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva na palavra do Vice Presidente Administrativo Financeiro, Sr Armando Amadio, levantou a suspeita que havia divergências de pagamento em duplicidade das contas da Sociedade pela atual administradora Arrivabene. Face a essa suspeita ele havia contratado uma empresa para auditar todo o Terceiro Trimestre de 1995. Diante dessa exposição ao Conselho o mesmo aprovou a iniciativa do Sr. Armando e solicitou que fosse auditado todo o exercício de 1995 ate então.

Durante as outras duas reuniões ocorridas ainda em 1995, o Vice-Presidente Administrativo Financeiro da Diretoria Executiva expôs dados concretos que houve falhas administrativas praticadas pela empresa Arrivabene, em uma dessas reuniões o Conselho decidiu que deveríamos também auditar 1994, para verificar se houve também essas falhas, o próprio Sr. Armando Amadio deveria concluir a auditoria e apresentar o parecer final à este Conselho Deliberativo o mais rapidamente possível.

Em 3 de Fevereiro de 1996 o Conselho reuniu-se, sendo que o item C da pauta referia-se a prestação de conta do exercício de 1995 e análise do Relatório Final da Auditoria, nessa oportunidade o Sr. Armando comentou que não estava pronto e apresentou os resultados parciais, forneceu nova data para apresentar o Relatório Final que seria 02 de Março de 1996.

Em 02 de Março de 1996 o Conselho reuniu-se novamente em caráter permanente, uma vez que na reunião anterior o item C não havia encerrado, o Sr. Armando em conjunto com a empresa de auditoria Units expôs os pontos monetários divergentes levantados, informando

ainda que o Relatório Final não poderia ser concluído antes de solucionar esses pontos.

O Conselho Deliberativo decidiu que seria formada uma comissão pra acertos e ressarcimentos à Sociedade das divergências encontradas pela auditora. A comissão foi formada e fornecido novo prazo para que auditoria encerrasse o seu relatório, prazo este previsto para 17/03/96, sendo que a reunião continuaria em caráter permanente.

Em 23 de Março de 1996, foi convocada a continuidade da reunião do Conselho, o Sr. Armando informou que a reunião com a empresa Arrivabene não havia sido realizada, solicitando nova data, nessa mesma reunião o Conselho determinou que necessitaria saber os termos do acordo que seria feito com a empresa Arrivabene para aprová-lo ou não.

Em tempo:

Em 25 de Março de 1996, foi realizada a reunião de trabalho entre a Sociedade Amigos da Porta do Sol e a administradora Arrivabene com a presença dos seguintes membros, Sr. Guido Ramazzotti - Presidente da Diretoria Executiva, Sr. Armando Amadio - Vice-presidente Administrativo Financeiro, Sr. José R. Fontana conselheiro indicado, o Sr. Milton Gustavo Amaral conselheiro indicado, Sr. José Ivanildo Primo - Auditor Externo da Units e Sr. Olinto Arrivabene - Diretor da Administradora, nessa reunião foi acordado o esquema de ressarcimento monetário para a Sociedade.

Em 30 de Março de 1996, foi realizada a reunião do Conselho Deliberativo dando posse ao novo Conselho Deliberativo para o biênio 1996/1997, nessa oportunidade foi feita a leitura da ata anterior e comentado que as contas do exercício de 1995 não estavam aprovadas ainda.

Em 20 de Abril de 1996 foi convocada uma reunião para aprovação das contas do exercício de 1995. O Sr. Armando informou que o balanço não estava pronto e não havia sido analisado pelo Conselho Fiscal, nessa reunião foram marcadas novas datas: Balanço entregue até o dia 27 de Abril de 1996 ao Conselho Fiscal, o mesmo deverá analisá-lo até o próximo dia 03 de Maio de 1996, para que possa ser marcada uma nova reunião do Conselho para aprovação. Essa reunião de 20 de Abril de 1996 foi cancelada.

Em tempo:

Todos os prazos não foram cumpridos nas datas previstas, uma vez que o Balanço não foi enviado ao Conselho Fiscal no dia 27 de Abril de 1996.

Em 22 de Junho de 1996 foi convocado o Conselho para Aprovação do Balanço de 1995 e Análise do Parecer do Conselho Fiscal. O Sr. Dárcio, coordenador do Conselho Fiscal, expôs a Prestação de Conta, comentando que havia enviado a Diretoria Executiva os pontos que necessitam de esclarecimentos e que havia divergência dos números apresentados no Balanço Final e no Relatório Final da Auditoria, diante desse quadro o Balanço não poderia ser aprovado e o mesmo deveria ser refeito. Comentou também que nada foi constatado contra as despesas apresentadas. Mencionou nesse relatório que não havia sido seguido as recomendações feitas, no exercício de 1994, para a própria Diretoria Executiva. Mencionou também os pontos relevantes do Relatório Final da Auditoria Units que deveriam ser cumpridos pela Diretoria durante o exercício de 1995 e para a futura gestão. Sr. Guido, Presidente da Diretoria Executiva, pediu a palavra e informou que em 30 dias enviaria ao Conselho Fiscal os esclarecimentos solicitados e o novo Balanço correto.

Em tempo:

Principais recomendações e esclarecimentos solicitados à Diretoria Executiva 94/95 em 9 de Junho de 1996, pelo Conselho Fiscal 95.

Primeiramente este Conselho Fiscal analisará se as recomendações feitas quando da análise das contas do exercício de 1994 foram realizadas pela Diretoria Executiva.

Detalhamento de receita segundo a origem.

Detalhamento em separado das verbas especiais.

Indicação do percentual que a rubrica de despesas significa em relação ao total arrecadado no mês com verbas normais.

Demonstrativo dos gastos da segurança para melhor entendimento, em virtude dos saldos credores apresentados.

Demonstrativo da situação patrimonial da sociedade.

Infelizmente constatamos que nenhuma das recomendações foram realizadas pela referida Diretoria, sendo que também nenhuma explicação foi dado a respeito.

Com relação à prestação de contas do ano 1995 este Conselho tem a observar o seguinte:

No cronograma de eventos constante da ata de reunião de 25/03/96 (anexo ao relatório da auditoria) está consignado que os balancetes do ano de 1995 deveriam ser reprocessados, em virtude das diferenças de soma apontadas no relatório. Tal providência não foi realizada pela Administradora Arrivabene. Também consta que posteriormente a Auditoria Units deveria analisar os ajustes efetuados e emitir um parecer final sobre as demonstrações apresentadas, o que também não foi realizado.

Verifica-se ainda que a Diretoria Executiva apresentou, em 24/05/96, documento relatando como encerrada as pendências da Ata de reunião de 25/03/96, as quais se referem apenas ao acerto financeiro das diferenças apuradas com a Administradora Arrivabene, e não aos itens acima mencionados.

Desta forma, enquanto não forem reprocessados os balancetes e o balanço de 1995 com a eliminação das diferenças apontadas, e o respectivo parecer final da Units, conforme mencionado na Ata de Reunião de 25/03/96, este Conselho Fiscal não poderá aprová-los.

#### A) Comentários Gerais:

Este Conselho Fiscal recomenda que tanto o Conselho Deliberativo, que aprovará as contas de 1996, como o novo Conselho Deliberativo e a futura Diretoria Executiva recebam cópia do Relatório da Auditoria Units do qual ressaltamos os comentários gerais constantes das páginas 11, 12 e 13 o que a nosso ver pode explicar, em boa parte os fatos ocorridos.

#### B) Despesas com Alimentação:

Recomendamos ainda análise especial com terceirização da alimentação (vide a pág. 20), pois independentemente das recomendações da Auditoria quanto a qualidade, controle do número de refeições servidas, etc, o que se verifica é um aumento astronômico com os gastos à partir do 2o semestre, conforme o demonstrativo abaixo:

Total dos Gastos Período	Nr. Funcionários	Média Mensal
R\$ 24.445	1o Semestre 105	R\$ 4.075
R\$ 80.792	2o Semestre 100	R\$ 13.465

O aumento médio foi de 230% o que é um absurdo. Sugerimos ao Conselho Deliberativo uma reanálise da questão da terceirização dessa despesa, tomando a precaução de analisar o contrato realizado com referência a eventuais multas pela sua rescisão.

Além disso, verifica-se que não há controle do número de refeições servidas e os pagamentos são efetuados através de fita de máquina de somar sem amparo em qualquer documento fiscal. Como se trata de fornecimento de refeição deveria haver uma Nota Fiscal com o total das refeições servidas.

#### C) Folha de Pagamento:

Recomendamos também a análise dos comentários da Auditoria constantes à página 21 referentes a controle da parte trabalhista. Ressalta-se o absurdo aumento da folha de pagamento nos meses de Março, Abril e Julho de 1995, cujas variações acumuladas somam 40%. Além disso, verifica-se ainda que entre janeiro a dezembro houve uma variação global de 96% para uma mesma quantidade de empregados (100).

#### D) Controle Financeiro:

Recomendamos ainda especial análise dos comentários constantes do Relatório da Auditoria constantes as folhas 33 e 34 onde os referido auditores mencionam que "não é procedimento da sociedade conciliar os saldos bancários e as respectivas movimentações mensais". Em função do ocorrido, este Conselho Fiscal entende que os futuros balancetes devem ser apresentados com a respectiva conciliação bancária do mês efetuada.

#### E) Obras Realizadas

Verifica-se às páginas 27 e 28 que os gastos realizados com as obras ( refeitório, quadra de tênis e ginásio de esportes ) somaram o total de R\$ 191.087,00, embora o valor total contratado foi de R\$ 179.593,00. De acordo com a ata da Assembléia de 18/09/94 foram aprovadas as seguintes verbas para as mencionadas obras:

Obra	Aprovado	Contratado	Gasto
Refeitório	R\$ 51.000,00	R\$ 79.183,00	R\$ 79.183,00
Quadras	R\$ 29.000,00	R\$ 24.753,00	R\$ 24.581,00

Ginásio R\$ 115.000,00 R\$ 75.657,00 R\$ 87.323,00  
Total R\$ 195.000,00 R\$ 179.593,00 R\$ 191.087,00

Embora os valores gastos totais estejam de acordo com a verba aprovada, no caso do refeitório foi contratado valor maior do que o aprovado e no caso do ginásio o valor pago foi maior que o contratado. Este Conselho Fiscal gostaria que a Diretoria Executiva esclarecesse as razões do gasto a maior no caso do ginásio.

Em 03 de Agosto de 1996 o Conselho reuniu-se novamente para tratar de novos assuntos, sendo que nessa ocasião ainda não havia sido entregue o novo balanço ao Conselho Fiscal tampouco os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal.

Em 23 de Novembro de 1996 o Conselho reuniu-se novamente para tratar novos assuntos, também não havia sido entregue ainda o Balanço e os esclarecimentos ao Conselho Fiscal, nessa oportunidade o atual Presidente do Conselho Deliberativo decidiu que haveria a necessidade de aumentar a cobrança a antiga Diretoria Executiva para apresentação Final do Balanço de 1995 e o Relatório de Esclarecimento .

Em 14 de Dezembro de 1996 o Conselho reuniu-se especificamente para tratar esse item, sendo que o mesmo não foi apresentado pela Diretoria Executiva antiga e nem enviado ao Conselho Fiscal, diante desses fatos decidiu-se convocar uma Assembléia Geral Extraordinária, para deliberar sobre esse assunto, participando aos antigos membros responsáveis da Diretoria Executiva 94/95 esta decisão.

Essa Assembléia Extraordinária está ocorrendo agora.

Terminada a leitura o Presidente abriu a reunião aos presentes. O Sr. Antônio Carlos Prado solicitou que balanço de 1995, quando apresentado, tenha aprovação da empresa que realizou a auditoria no exercício de 1995 e solicitou que os esclarecimentos que deverão ser dados pela antiga Diretoria Executiva façam parte do Balanço.

O Sr. Armando Amadio solicitou a palavra e expôs que a Sociedade foi roubada pela Administradora Arrivabene e estava com dificuldades de consolidar o Balanço.

O Sr. José Eduardo Lima, solicitou que fosse informada pela Diretoria Executiva a data final para apresentação do Balanço, face à necessidade estatutária e legal.

O Sr. Antônio Carlos Prado, propôs que fosse anexado o Relatório do Conselho Fiscal mais a Ata do Conselho Deliberativo junto da próxima convocação para que todos os proprietários tomassem ciência antes da realização da Assembléia Ordinária. Após várias sugestões ficou acertado que deverá ser publicado no Boletim Informativo da Sociedade o Relatório do Conselho Fiscal e a respectiva Ata do Conselho Deliberativo juntamente com a convocação da Assembléia Geral Ordinária, para que todos os proprietários tomem ciência antecipadamente.

O Sr. João Dias solicitou, novamente, que fosse marcada a data de apresentação do Balanço pela Diretoria Executiva.

O Sr. José Fidelis, membro do Conselho Fiscal 95, agradeceu o esforço e atitude tomada pelo Vice-Presidente Administrativo Financeiro contra a Administradora Arrivabene, mas enfatizou que não houveram respostas da Diretoria Executiva 94/95 das indagações feitas pelos membros do Conselho Fiscal, mesmo com os insistentes pedidos realizados pelo coordenador Sr. Dárcio.

O Presidente da mesa convocou o Sr. Eduardo Figueiredo, Presidente da Diretoria Executiva 96/97, o Sr. Armando Amadio, Vice-Presidente Administrativo Financeiro 94/95 e o Sr. Gonçalo Itagiba, Vice-Presidente Administrativo Financeiro 96/97, para que fosse fornecida nova data aos presentes, suspendendo a Assembléia por cinco minutos, aguardando a nova data.

Reiniciado a Assembléia foi fornecida a data de 30 de Março de 1997 para realização da Assembléia Geral Ordinária de aprovação das contas do exercício de 1995, sendo que até essa data a Diretoria Executiva compromete-se a acertar todas as divergências numéricas e envio do relatório de esclarecimentos ao Conselho Fiscal, que por sua vez analisará e enviará ao Conselho Deliberativo para aprovação e este, através do seu Presidente Sr. Dragan Jancar, convocará a Assembléia Geral Ordinária, conforme determina os Estatutos Sociais.

Face ao comprometimento público da Diretoria Executiva, a reunião foi dada como encerrada por mim, Walter Abrahão, e solicitada ao Sr. Mário Fontes que redigisse a presente ata.

Em tempo:

Devido à ausência de calendário impresso na oportunidade, a data de 30 de Março de 1997 foi escolhida, aleatoriamente, que coincidirá com o domingo de Páscoa, devido aos compromissos

da coletividade a Assembléia deverá ser antecipada ou postergada uma semana, dependerá da Diretoria Executiva nos cumprimentos dos prazos.

Walter Abrahão  
**Presidente da Mesa**

Mário Fontes  
**Secretário**